

## EU QUERO SER UMA PESSOA: REVOLTA CAMPONESA E POLÍTICA NO BRASIL\*

*Janaína Amado*

Professora do Departamento  
de História da Universidade Federal de Goiás.

Este estudo analisa as motivações dos trabalhadores rurais brasileiros que durante as décadas de 1940 e 1960 migraram como posseiros para o Estado de Goiás e ali promoveram o conflito social conhecido como Revolta do Formoso ou Revolta de Trombas. O argumento aqui apresentado é o de que esses posseiros, com base tanto na experiência histórica quanto em suas práticas diárias, desenvolveram uma noção muito complexa do que significa ser camponês, resumida nas expressões "ser alguém" e "ser uma pessoa". Constantemente atualizada, essa noção funcionou como uma espécie de bússola para os posseiros. Localizou-os na sociedade, orientou as relações entre suas histórias pessoais e a história da nação, ordenou-lhes passado e presente e apontou escolhas políticas. Indicou-lhes, enfim, os caminhos a seguir, nos tempos de guerra e nos tempos de paz.

O trabalho está estruturado em quatro partes: Parte I enfoca o problema central da identidade, a partir das histórias de vida de dois revoltosos; Parte II situa a revolta no seu contexto histórico; Parte III analisa o processo social de construção da noção de pessoa entre os camponeses; e Parte IV relaciona o projeto camponês ao conjunto da sociedade brasileira.

Devido à minha dificuldade em compreender o seu mundo, os participantes do

Formoso tiveram de ser muito pacientes comigo e de recorrer a uma gama quase infindável de recursos para tentar me transmitir as experiências da sua cultura. Eles me contaram histórias detalhadas sobre tudo o que realmente importa na vida: pessoas, terra, bichos, trabalho, assombrações, sofrimento, liberdade. Eles me contaram essas histórias do jeito e na ordem em que devem ser contadas, relacionando as coisas exatamente como se encontram no mundo. Por exemplo: viagens se relacionam com aventuras e lobisomens; terra, com mãe; rezas, com chuvas; infância, com riso e medo; pessoas, com dignidade; patrões e donos de terra, com controle sobre o tempo e com sucuris, e assim por diante.

Eles recorreram ao humor, às alegorias, à memória, às fantasias. Cantaram canções que aprenderam dos pais e que os pais aprenderam dos avós, e também canções que eles próprios inventaram. Dançaram a catira, o forró, o catimbó. Recitaram quadrinha: "No Formoso eu tenho um conto/Em Trombas, um conto e cem/Nas Lages eu volto sempre/Por conta dum amor que eu tem"... Explicaram-me, com toda a paciência do mundo, a serventia para cada tipo de reza. Cozinharam para mim, revelando ingredientes e modos de fazer. Responderam às minhas mais elementares perguntas sobre a sofisticada etiqueta que rege em minúcias as relações entre as pessoas: o que se deve

\* Uma primeira versão deste trabalho foi discutida no seminário do Program in Atlantic History, Culture and Society, dos Departamentos de História e Antropologia da Universidade Johns Hopkins. Agradeço a todos os que então apresentaram sugestões, especialmente a Sidney Mintz, Richard Kagan e John Russell-Wood, amigos atenciosos e interlocutores estimulantes durante todo o ano em que permaneci na Hopkins. A pesquisa para este estudo foi financiada pelo CNPq; sem esse apoio, não teria sido possível realizá-la.

ou não dizer, os gestos, olhares e silêncios, a ordem certa das frases, os modos de agir apropriados, os quando, os como, os porquês. Misturaram as canções, danças, poemas, receitas e rezas com as histórias que contaram. Essas histórias, por sua vez, mesclaram-se com provérbios, com brincadeiras, com o dia-a-dia da vida das pessoas, com trabalho, pobreza, doenças, parentes, negócios, festas, amores, nascimentos e enterros, com objetos usados na casa e na roça e também com desejos, sentimentos, emoções.

Coisas assim, tão vivas e sábias, eu transformei em trabalhos como este, destinado a um público específico. Quando comparo o que os camponeses me mostraram com o que eu mostro deles, sinto desconforto e frustração. O formato acadêmico não consegue captar a riqueza e a diversidade de uma cultura construída sobre bases tão diversas. Este é, entretanto, o único jeito que aprendi. É também — hoje estou convencida — exatamente o formato que os rebeldes do Formoso desejariam que eu usasse. Eles não me transmitiram a sua história simplesmente para que eu a devolvesse a eles. Eles me transmitiram a sua história para que fosse traduzida e divulgada para outros públicos e outros círculos. Entre si, dispensam tradutores: falam a mesma linguagem.

#### *Parte I*

Em uma manhã do mês de julho de 1980, sentia-me muito animada quando cheguei a uma remota cidadezinha do interior do Brasil, com o objetivo de entrevistar Ita e Nego Carreiro. Trabalhadores rurais cuja atuação fora fundamental no início da Revolta do Formoso, os dois haviam se retirado cedo da luta, e desde então, viviam à parte dos companheiros. As únicas pessoas que conheciam o seu paradeiro eram os meus acompanhantes naquela visita.<sup>1</sup>

Ita e Nego Carreiro, meeiros do sul de Goiás, haviam migrado em 1950 para a região onde depois aconteceria o conflito: a área próxima ao povoado do Formoso, no Município de Uruaçu, a 300 km ao norte da cidade de Goiânia. A época eles eram um casal jovem, em busca de melhores condições para criar a família. Instalaram-se como posseiros nas terras devolutas da região, terras pertencentes ao Estado, e aí trabalharam duro, enfrentando o mato bruto, os animais selvagens, a ausência de qualquer infra-estrutura, a fome, as doenças, o isolamento. Após alguns anos, já cultivavam um lote de terra, vendiam parte de sua produção e compravam as coisas básicas de que necessitavam. Nego Carreiro completava a receita familiar transportando, para outros posseiros, mercadorias no carro de boi que trouxera consigo; desde criança exercia o ofício de carreiro, origem do seu apelido.

Ita e Nego Carreiro estavam bem no centro do conflito que estourou em 1954, envolvendo posseiros (que moravam e trabalhavam na terra, mas não eram proprietários legais) e grileiros, que haviam falsificado títulos de propriedade e se arvoraram em legítimos donos dos lotes. Em abril de 1955, durante um encontro em que vários grileiros, apoiados por tropas armadas, forçavam os posseiros a desistirem das posses, Nego Carreiro sacou seu revólver e matou um sargento da polícia, em frente a várias testemunhas. Seu gesto assinalou o começo da fase armada da revolta, que durou anos.

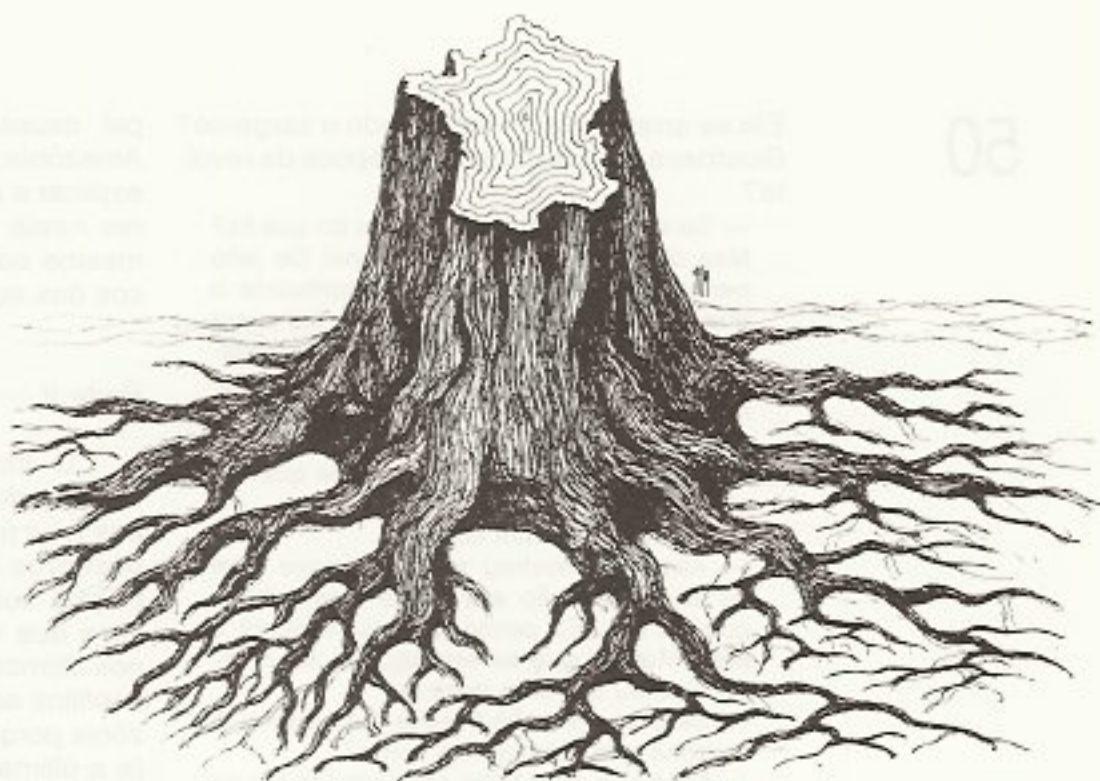
Após a morte do sargento, Nego, Ita e os filhos, caçados pela Polícia e Exército, esconderam-se durante meses nas matas da região, assistidos por outros posseiros. Mas em fins de agosto de 1955, quando ficou claro que seria impossível continuar garantindo-lhes a segurança, eles foram retirados do local e nunca mais regressaram.

Vinte e cinco anos depois, quando cheguei à casa deles, fui aos poucos tomando

conhecimento do que lhes havia acontecido durante aquele período. Enquanto a família aumentava, o casal trabalhava como meeiro em fazendas da região. Numa época particularmente difícil, Nego fora obrigado a vender o seu querido carro de boi, e nunca mais conseguira recursos para comprar outro. Havia poucos anos, com a ajuda dos filhos, o casal adquirira a casa onde toda a família agora morava; era uma casa pequena, feita de adobe, localizada na periferia do povoado. Apesar de velho e doente, Nego ainda trabalhava de parceria numa fazenda próxima. Desejava obter a aposentadoria rural, mas não sabia se tinha direito a ela. Ita fazia o trabalho doméstico, fiava e ajudava a criar os netos. Todos os filhos eram lavradores. Nenhum conseguira tornar-se proprietário.

Com a intenção de proteger a família, o casal havia decidido não revelar a ninguém, nem aos filhos, a sua participação na Revolta do Formoso. Omitiram toda e qualquer referência ao episódio, como se este nunca houvesse acontecido. Ita e Nego fizeram ainda mais: ao abandonar a região do conflito, assumiram novos nomes, pelos quais passaram a se chamar e a ser chamados. Os filhos esqueceram ou nunca aprenderam seus nomes reais.

Quando cheguei, toda a família estava reunida para se despedir de um dos filhos do casal, um rapaz jovem, casado, pai de duas crianças. Levando sua própria família, ele partiria dentro de três dias para a Amazônia, para um local situado a mais de mil



quilômetros de distância. Queria tornar-se posseiro, tentar a vida em um lote de terra que, alguém lhe dissera, pertencia ao Estado. Sem o saber, trinta anos depois ele repetia a mesma dolorosa história de seus pais.

Ao final do dia, após entrevistar longamente Ita e Nego Carreiro, não resisti e fiz a ele a pergunta que estivera em minha cabeça o dia inteiro: queria saber, após tantos anos, como ele avaliava o papel da experiência do Formoso em sua vida. Afinal de contas, ela só lhe havia trazido problemas. Nego enfrentara o período mais difícil da luta e, obrigado a se retirar cedo da região, não obtivera, como outros, um lote de terra ou qualquer benefício sócioeconômico, continuando a ser um homem muito pobre. Fora obrigado até a vender o seu carro de boi. Convivera todos os dias com o medo de ser preso, passando o resto da vida escondido "nas sombras", como Ita dizia, ocultando de todos, inclusive dos filhos, a sua identidade.

1. Ita e Nego Carreiro, assim como vários outros entrevistados, concordaram em depor desde que seus nomes não fossem revelados. "Nego Carreiro" foi um apelido ganho na infância, quando começou a guiar carros de boi; "Ita" foi um nome escolhido após deixar a área de conflito. As duas pessoas responsáveis pelo contato e que me acompanharam durante a visita foram Geraldo Marques, um dos líderes da revolta, e José Fernandes Sobrinho. Luiz Figueiredo, meu marido, também estava presente.

Ele se arrependia de ter matado o sargento? Guardava muitas mágoas da época da revolta?

— Se eu tenho arrependimento do que fiz? Mas de maneira nenhuma, dona! De jeito nenhum! Eu, se não tivesse acontecido o que aconteceu, acho que eu já tinha era morrido de paixão [...] Mas, como aconteceu o que aconteceu, é que eu vivo justamente forgado e sastifeito inda hoje.

— Por quê?

— Porque... porque aquilo parece que me alimpou.

— “Alimpou”, assim como?

— Alimpou, mostrou pr’aquela povo ruim de lá que eu não era o que eles achava que eu era. Eu penso que eu respondi a eles. Mostrei que eu era alguém. Eu mostrei que eu era uma pessoa.

— Se o senhor não tivesse feito aquilo, o sr. acha que estaria hoje como?

— Acho que eu já tinha era dado um tiro na cabeça de paixão, de pensar naqueles desaforo que aquele povo fez, comigo e com os outros de lá! Foi justamente a lembrança do que eu fiz é que me deu força pra viver depois.

— Se fosse preciso o senhor fazer tudo de novo, o sr. fazia?

— Fazia tudo de novo.

— Mesmo sabendo como seria sua vida depois?

— Tudo de novo.

— Seu Nego, se tivesse um outro acontecimento como aquele, o senhor ainda era homem pra participar novamente?

— Era, não. Sou.<sup>2</sup>

O encontro com Ita e Nego Carreiro me emocionou e me levou a pensar. Se, como afirma parte da bibliografia, a razão principal para as populações rurais migrarem para áreas de fronteira é puramente econômica, como então entender a atitude de Nego Carreiro? Como explicar a perspectiva de um homem, que embora nunca tenha obtido um único benefício econômico por sua participação na revolta, ainda afirmava residir justamente nesta participação a sua razão de viver? Ampliando a questão: a motivação econômica também é considerada a princi-

pal causa das migrações atuais para a Amazônia; mas, se assim é, como então explicar a atitude de milhares de trabalhadores rurais que continuam a migrar para lá, mesmo conhecendo os fracassos econômicos dos que os antecederam?

## Parte II

O movimento social conhecido como Revolta do Formoso ou Revolta das Trombas foi a primeira revolta contemporânea de posseiros no Brasil, inaugurando a longa e trágica sucessão de conflitos em torno da terra que vêm marcando a história do país nos últimos sessenta anos. Hoje em dia esses conflitos acontecem principalmente na Amazônia porque é lá que está a mais avançada (e a última) fronteira brasileira.<sup>3</sup>

Ao final da década de 1940, entretando, a fronteira — isto é, a primeira faixa “livre” de terra, contígua a uma área ainda escassamente ocupada — estava localizada no centro do então Estado de Goiás. A existência dessa fronteira ligava-se à política federal de Marcha para o Oeste, inaugurada na década de 1930 por Getúlio Vargas com o objetivo de abrir, colonizar e incorporar à economia nacional vastas áreas do interior do país. Essas áreas deveriam produzir alimentos e matérias-primas, funcionar como mercados para produtos industrializados e absorver o excesso de população urbana, ajudando dessa forma a sustentar a política de industrialização promovida na mesma época pelo governo federal, no sudeste do país.

A região central de Goiás foi aberta pela primeira vez à colonização no século XVIII, quando se tornou um centro mineiro menor, organizado em torno de alguns povoados. Vários mineradores que para lá então se dirigiram requereram títulos de sesmarias à Coroa portuguesa, mas muito poucos obtiveram os registros definitivos: a corrida do

ouro foi tão breve nessa parte de Goiás que a maioria dos mineiros abandonou o local antes mesmo de obter os títulos ou a confirmação deles. As terras não-ocupadas ou confirmadas voltaram à propriedade do Estado, na qualidade de terras devolutas, e nessa mesma situação permaneciam ao final da década de 1940: nesses duzentos anos a região havia sido tão isolada que ninguém realmente se interessou em requerer lotes ali.

A condição de nova fronteira do Brasil que a área adquiriu na década de 1940, entretanto, mudou este quadro. Embora ainda considerada distante, nesta época a região já era contígua a uma outra (o sul do Estado) onde ocupação maciça e algum conhecimento aconteciam. E — talvez o mais importante — a nova fronteira possuía grande quantidade de terras devolutas, que poderiam ser ocupadas e depois compradas ao Estado por preços acessíveis.<sup>4</sup> Por essas razões, entre fins da década de 1940 e meados dos anos 1960, milhares de posseiros chegaram à região. Foi o início da grande migração que nos últimos cinquenta anos ajudou a mudar a face do país.

Os migrantes para o Formoso vieram de vários Estados, em especial do sul de Goiás e do Nordeste. Muitos eram jovens casais com filhos, que já haviam migrado ao menos uma vez. Grande parte era analfabeta e havia vivido apenas em áreas rurais. A maioria trabalhara como parceiros, alguns

eram posseiros, poucos recebiam salários e apenas uma parcela mínima havia conseguido se tornar pequena proprietária (para dados mais exatos, consultar as Tabelas I a VII).

TABELA I  
Sexo

Sexo	%
Homens	59.0
Mulheres	41.0
Total	100.0

TABELA II  
Local de nascimento

Região	%
Nordeste	42.7
Centro-Oeste	39.4
Norte	10.3
Sudeste	5.1
Sul	2.5
Total	100.0

TABELA III  
Nível de instrução

Educação	%
Analfabetos	76.8
Alfabetizados	23.2
Total	100.0

2. Nego Carreiro construiu um testemunho extremamente cuidadoso. Foi capaz de lembrar-se de todas as datas, nomes e lugares que desejou, mas, sempre que conveniente, "esqueceu" acontecimentos, referiu-se a fatos e pessoas por metáforas e usou o humor para disfarçar idéias. O uso de expressões como "aconteceu o que aconteceu" do texto, para descrever o assassinato do sargento, é apenas um exemplo de como seu testemunho foi seletivo.
3. A Revolta do Formoso ainda não foi suficientemente estudada. O único livro sobre o assunto é o de Carneiro (1981). Há um romance baseado no tema (Garcia, 1966) e um pequeno e interessante livro de memórias, escrito por um advogado comunista que esteve na área (Abreu, 1985). Anos atrás elaborei uma comunicação (Amado, 1980) e agora estou escrevendo um livro sobre o assunto. As informações, documentos e entrevistas do presente estudo foram pesquisados por mim em 1979-1980 e em 1982-1986.
4. As legislações portuguesa e brasileira sempre reconheceram e regulamentaram a existência das terras devolutas. Sobre o assunto, ver entre outros: Borges (1976), Cirne Lima (1954), Encontros da UNB (1978), Lima Pereira (1932), Linhares de Lacerda (1960), Tormim Borges (1976). Os trabalhadores rurais costumam referir-se à terra devoluta como "terra livre" ou "terra liberta", em contraposição à "terra cativa", pertencente a proprietários particulares.

TABELA IV  
Relação com a terra / ocupações

Relação	%
Proprietários	4.2
Não proprietários	95.8
— parceiros (72.4)	
— posseiros (20.8)	
— assalariados (2.4)	
— outros (4.4)	
— total (100.0)	
Total	100.0

TABELA V  
Local de moradia (antes da migração)

Local	%
Campo	72.7
Campo/cidade	16.4
Cidade (vila, vilarejo, povoado)	10.9
Total	100.0

TABELA VI  
Migrações anteriores

Nº Vezes	%
Nenhuma	33.0
1	36.1
2	12.0
3	11.3
+3	7.6
Total	100.0

TABELA VII  
Local de moradia

Local	%
Campo	76.8
Alfabetizados	23.2
Total	100.0

Os que migraram para o Formoso eram muito pobres, em relação à sociedade brasileira da época; abaixo deles existia apenas uma camada de marginalizados urbanos,

composta de subempregados e desempregados. Mas eles não eram mais pobres do que a média dos trabalhadores rurais da época; não constituíam, portanto, um grupo desviante ou marginal.

O grupo era relativamente homogêneo, em termos socioeconômicos. A diferença entre a família mais pobre e a menos pobre consistia em alguns porcos, galinhas e cabeças de gado, poucos sacos de arroz e uma pequena quantidade de dinheiro. Embora essa diferença fosse significativa para as pessoas, não resultava em estilos de vida diferentes.

Apesar da semelhança de estilos de vida antes da migração para o Formoso, somente podem ser classificados como "camponeses" os que tinham acesso à terra, como os pequenos proprietários e posseiros. São aqui considerados "camponeses" os que dispõem de algum tipo de acesso à terra, têm casas que também funcionam como unidades de produção, controlam ao menos parte dos seus instrumentos de trabalho e são autônomos para decidir sobre os principais aspectos do processo de trabalho.<sup>5</sup> A maioria de parceiros e os assalariados, portanto, não eram camponeses antes de migrar para o Formoso. A migração para a região e o acesso às terras devolutas representavam um passo rumo à condição de camponeses.

É inútil aplicar este ou qualquer outro conceito de "camponês" para medir diferenças de estilo de vida ou de renda entre trabalhadores rurais pobres, do Brasil ou da América Latina. Os que eram posseiros ou pequenos proprietários antes da migração para o Formoso, por exemplo, eram tão pobres quanto os parceiros, porque suas terras se localizavam em áreas pouco férteis e isoladas. Mas é útil empregar o conceito de "camponês" quando se está interessado em entender objetivos e perspectivas da população rural, porque ele ressalta dois aspectos importantes desses objetivos: terra e autonomia pessoal.

Poucos anos depois dos primeiros posseiros terem se estabelecido no Formoso, ali começou um complexo processo de grilagem das terras. A maioria dos grileiros não era formada de grandes ou tradicionais proprietários, mas de comerciantes que haviam se mudado há pouco para a vizinha cidade de Uruaçu e ali tentavam enriquecer. Com a ajuda de advogados, eles localizaram petições por sesmarias dos mineradores do século XVIII e, usando esses documentos como se fossem títulos legais de propriedade, falsificaram cadeias sucessórias que invariavelmente os apontavam como legítimos herdeiros das terras. O juiz local, cooptado pelo grupo, aceitou em 1954 as escrituras falsas, transformando os grileiros em proprietários legais de uma imensa área.<sup>5</sup>

Nessa época, entretanto, mil famílias de posseiros (com média de nove pessoas por família) já haviam se estabelecido na região e não queriam se retirar. Iniciou-se violento conflito entre grileiros e posseiros, com escaramuças e mortes de ambos os lados. No final de 1954 o Partido Comunista ligou-se ao movimento, ajudando a organizá-lo, a estabelecer ligações com o mundo exterior e a criar uma opinião pública nacional favorável aos posseiros.

Seguiram-se quatro anos de guerra aberta. Tropas estaduais foram chamadas para apoiar os grileiros, transformados em respeitáveis proprietários. Foi um período extremamente difícil para os posseiros, pois

eram obrigados a lutar e a providenciar seu sustento. Conseguiram não apenas se defender, como ainda transformar o movimento numa questão política nacional. Em 1958 foi feito um acordo entre posseiros e governo estadual, pelo qual os posseiros podiam permanecer na região sem ser perturbados, enquanto o governo iniciava ações judiciais para reaver as terras e depois vendê-las aos ocupantes, a preços acessíveis.

Esse acordo, considerado uma grande vitória pelos camponeses, iniciou um período de paz na região que durou até 1964. O novo governador do Estado, eleito em 1961 com o apoio dos posseiros, começou a distribuir os títulos legais de propriedade. Em 1962, José Porfírio de Souza tornou-se o primeiro líder camponês no Brasil a ser eleito deputado estadual. No ano seguinte, graças ao esforço da população, a área original do conflito tornou-se um município independente.

Poucos dias após o golpe de Estado de 1964, tropas federais e estaduais invadiram a área e ali permaneceram durante anos. Muitos posseiros foram presos. Outros, amedrontados, venderam ou abandonaram os lotes de terra e saíram da região. A produção local desorganizou-se. Os principais líderes da revolta, que em 1964 haviam conseguido escapar da região, envolveram-se novamente em atividades políticas. Em 1971, durante o período mais negro da ditadura, eles foram presos e torturados. Solto em Brasília em 1972, o líder José Porfírio embar-

5. Uma definição de "camponês" que me parece clara e completa, e com a qual concordo, está em Trouillot (1988, Capítulo 1). A bibliografia sobre camponesinato é extremamente vasta e por isso não pode ser toda relacionada aqui. Registro alguns trabalhos que, embora adotem perspectivas teóricas diversas, foram muito importantes para meu estudo: Dening (1980), Delbos (1982), Hobsbawn e Rudé (1968), Mintz (1973, 1988 e 1989), Pina Cabral (1988), Rappaport (1988), Roseberry (1989), Scott (1976 e 1985), Shanin (1987), Stern (1987), Taussig (1986) e Wolf (1976). Sobre o camponesinato no Brasil existe uma bibliografia extensa e de muito boa qualidade. Lembro-me apenas das seguintes obras de caráter geral, também com diferentes perspectivas teóricas: Aubertin (1988), Becker (1982), D'Incao e Mello (1975), Foweraker (1982), Garcia Jr. (1983), Graziano da Silva (1978 e 1981), Linhares e Teixeira da Silva (1981), Loureiro (1982), Martins (1982, 1986 e 1989), Mussumeci (1988), Pereira de Queiroz (1973), Velho (1974 e 1982), Wanderley (1979). Existem também importantes estudos regionais e monografias sobre aspectos do camponesinato brasileiro.
6. Apesar de muito importante para a compreensão da história fundiária brasileira, a grilagem ainda é pouco estudada entre nós. Há poucos trabalhos sobre o tema, especialmente do ângulo teórico e histórico. Ver Asselin (1982) e Grupos de Estudos Agrários (1981).

cou em um ônibus com destino a Goiânia, onde morava sua família. Nunca mais foi visto. Tornou-se um dos desaparecidos do Brasil. Somente em 1981 (!) o Supremo Tribunal garantiu os títulos de propriedade aos posseiros. Mas nessa época o Formoso havia se transformado em uma região de grandes e médias propriedades e poucos posseiros ainda moravam lá.

### Parte III

Os homens e mulheres que migraram para Goiás e ali promoveram a Revolta do Formoso elaboraram uma concepção bastante complexa sobre quem eles eram, o que queriam e porque lutaram no movimento. Essa concepção, que pode ser resumida na expressão "ser uma pessoa" ou "ser alguém", girou em torno de quatro eixos:

1ª) o "antes", isto é, a percepção da vida anterior à migração para o Formoso pode ser resumida pela expressão "não ser nada" e "não ser ninguém".

2ª) o "estar mudando", isto é, a percepção da migração para o Formoso como um conjunto de movimentos e decisões que permitiram a passagem entre o "antes" e o "depois" pode ser resumida por "estar chegando".

3ª) o "depois", isto é, a percepção da experiência no Formoso pode ser resumida pela expressão "ser dono do próprio destino".

4ª) o "depois do depois", isto é, a percepção da vida após a experiência no Formoso pode ser resumida por "a vida muda".

Esses eixos são interligados. Para fins de clareza da exposição, vou analisá-los separadamente e, ao final, trabalhar com a concepção integral.

### 1. O "antes"

O "antes" foi recordado como uma fase de intenso sofrimento. A pobreza, lembrada como a sua face mais visível:

Não, nós vivia numa pobreza de dar gosto. Nós não tinha nada. NADA, entendeu? Sabe o que eu mais ela [apontava a mulher] levou pro Formoso? Nós levou [vai contando nos dedos]: duas muda de roupa, um sapato (um par pra ela e um par pra mim), um chapéu, um pente, um facão, uma enxada, uma arma, dois saco de arroz, um porco, três galinhas e um cachorro...

[Voz da mulher] Levou também o jirau, um tamborete, as tralha de cozinha, as linha que era minha, as vela... Ah! Teve também as duas cesta que nós levou. (Otávio e Maria Guerreiro dos Santos)<sup>7</sup>

Nós era tão pobre que [...] quando nós conseguia ajuntar lá alguma coisinha, engordar uns capado, juntar uma ponta de rês, nós já ficava com medo, porque nós sabia [...] que alguma coisa ruim ia acontecer com nós depois e nós ia perder o que tinha. (Helena da Paixão)

As memórias da pobreza estavam sempre relacionadas ao fato de a família não conseguir acesso à terra:<sup>8</sup>

Como é que nós podia aprumar, se nós não tinha a terra? Nós ficava a mercê dos outros, pra tudo! (Bertoldo Ferreira dos Santos)

Se o lavrador não tem a terra, minha amiga, pode esperar: ele vai viver a vida inteira [...] naquela pobreza, a vida inteira[...] sofrendo. Só se ele consegue a terra ele tem lá alguma chance de melhorar. (Manuel Porfírio dos Santos)

Quem não tem terra é como quem não tem mãe: fica jogado no mundo. (João Porfírio de Souza)

A dificuldade de acesso à terra foi lembrada como a causa da maioria dos males. Submetendo os trabalhadores aos proprie-



tários, gerava uma exploração econômica percebida com clareza em suas várias facetas:

Não era possível nós aprumar, não senhora: nós vivia de a meia, nós sustentava duas famílias! (Ita Carreiro)

O arrendo lá de Ceres era apertado demais. Tinha vez que nós pagava arrendo até do feijão que nós tinha no meio da roça, que nascia no meio do milho, tinha que pagar [...] o arroz melhor era sempre dele [do dono da terra], o arroz [...] pior era o nosso [...] Se nós não queria plantar uma verdura, mas ele queria, [...] tinha que plantar, não tinha escolha. (Joaquim Gonçalves dos Santos)

Na terra do fazendeiro nós tocava lavoura de arroz e feijão. Nós ganhava a meia ou então meu pai recebia uma paga por dia. Mas o trabalho que era pago era só o de meu pai. O meu, o da minha irmã, o do meu irmão, era gratuito pro fazendeiro, nós só recebia em troca a comida daquele dia. [...] O dia que eles matava um gado, ou fazia sabão, ou fabricava azeite ou moía cana, a gente podia trabalhar uma semana, um mês, que era gratuito. As vez ganhava um queijo, um litro de leite, trabalhava toda a vida em troca de um litro de leite pro irmão menor. (Otilia)

Quando acontecia alguma coisinha diferente, pronto: espiritava tudo, era aquela [...] danação. Quando mãe ficou muito doente, um parto complicado lá dela, uma criança que ela perdeu, nós tudo [...] trabalhemo feito doido para pagar a prestação do hospital. Nós trabalhemo dia e noite, sem parar, para pagar a prestação. Não adiantou de nada, ela [...] morreu, de qualquer jeito. Acho que ela queria morrer. (Cosmelino Avelar)

Mesmo quando nessa dificuldade toda, a gente conseguia uma roça boa [...] depois danava tudo. O fazendeiro criava uma complicação danada lá com meu pai, implicava

com o serviço dele, implicava com coisa que não implicava antes, se engraçava com minha mãe ou comigo só pra criar caso [...] Ai meu pai chegava em casa feito bicho, que ele não era muito normal não, chegava enfezado, brigando, juntava tudo que tinha, deixava a roça de graça ou a preço de banana e sumia no mundo. Lá ia nós passar outro ano de miséria. (Helena da Paixão)

A exploração econômica relacionava-se à recordação mais dolorosa entre todas: a total dependência ao dono da terra. Isso foi lembrado não apenas em termos da superexploração referida nos exemplos anteriores, mas, principalmente, em termos da humilhação, impotência e revolta reprimida que provocava:

Eu não incomodava de ser pobre. Eu incomodava era ter que baixar a cabeça todo dia. (Armando Lopes)

A pior lembrança que eu tenho é eu pedindo pelo amor de Deus pra mode ficar mais um ano, e ele [o dono da terra] só mexendo com o facão nas unha, assim [faz o gesto], bem calado [...] No outro dia ele mandou o filho — ele não teve coragem de vir ele mesmo, não — mandou o filho dizer que nós não podia ficar, que era pra nós sair no prazo dum mês. (Bertoldo Ferreira dos Santos)

Lavrador sem terra é pior que bicho: bicho não agacha pra outro bicho, lavrador [...] tem que agachar. (José Fernandes Sobrinho) Ele [o marido] é de estopim curto, não é de tolerar muita coisa, não [...] Eu morria de medo dele um dia destemperar com o patrão. Eu dizia pra ele assim: "Zé Gomes, tu não pode mostrar a tua revolta, não pode, de jeito nenhum tu não pode". (Odilia Pereira Bastos)

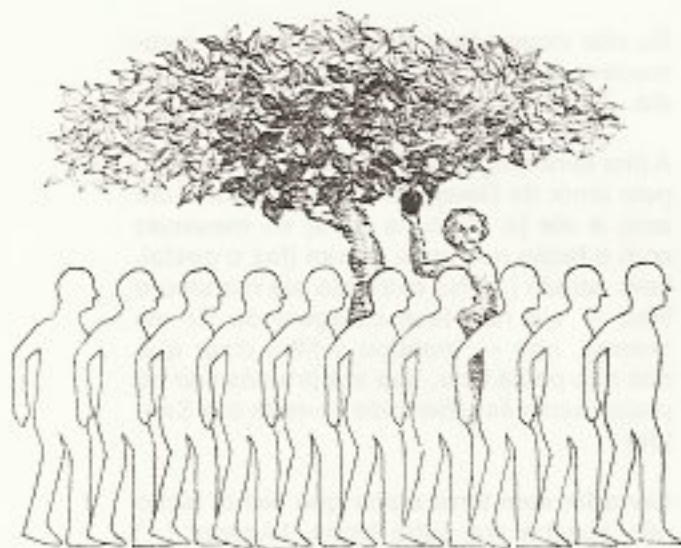
E eu trabalhei naquela terra feito um burro. Não, pior que burro, porque burro de vez

7. O nome do informante está citado após a transcrição de cada testemunho. No final há uma lista de todos os informantes citados no trabalho.

8. Um assunto extremamente interessante, não desenvolvido aqui, são as concepções sobre a terra entre os que migraram para o Formoso. No momento estou trabalhando sobre esse assunto.

em quando [...] descansa, eu não descansava. [...] Aí chega o advogado do grileiro, [...] um sujeito todo cheio duns anelão no dedo, cheio dumas nove hora, chega ele, nem olha pra minha cara, nem fala "bom dia", nada. Chega e vai direto: Oi, oê tem que sair dessa terra. E tem que sair hoje mesmo. Tá aqui o papel do juiz. [...] Nesse dia, antes de dormir, eu rezei a Deus pra eu acordar morto. (Sebastião Rodrigues)

O conjunto das memórias aponta para o conceito, expresso por muitos informantes, que resume a essência do "antes": a idéia de "não ser nada" ou "não ser ninguém". A pobreza, o não-acesso à terra, a dependência em todos os níveis conduziam à completa negação social da pessoa, ao ninguém:



— Antes nós não era nada, nada. Nós não era ninguém.

— Vocês que achavam que não eram ninguém?

— Não, nós sabia que nós era alguém, uai! Eles é que dizia que nós não era nada. Eles dizia assim: "Você não pode falar isso. Não pode fazer isso. Você não é ninguém". Eles falava bem assim.

— "Eles", quem?

— Os dono da terra, os fazendeiro, os patrão, os negociante safado...

— E os outros lavradores, também diziam isso pra você?

— Não, claro que não! Eles lá ia dizer uma coisa assim? Mas eles era fraco igual nós, tudo lá era fraco (...) Fraco [...] não conta.

— Os fracos são considerados ninguém?

— É, é. Todo fraco é ninguém.<sup>9</sup>

É importante observar que, embora a percepção de ser considerado "ninguém" pelo restante da sociedade seja dolorosa para qualquer indivíduo, grupo ou classe, ela era particularmente ofensiva para aqueles trabalhadores rurais, pois eles se baseavam em um tipo de organização social e em um sistema de valores opostos à noção do "ninguém". Viviam e trabalhavam em comunidades pequenas — famílias, grupos de vizinhança, fazendas, povoados rurais etc — onde todos se conheciam muito bem e cada um era identificado por suas características pessoais, próprias, onde cada um era considerado único e não havia como ser confundido com qualquer outro. Assim, por exemplo, José era o José filho do Antônio e da Maria, marido da Divina, pai do Bertoldo, um sujeito alto, com o gogó saltado assim, maranhense, morador na Fazenda Rosa, vizinho do João Correia, boiadeiro, bom marceneiro e também bom violeiro, um sujeito de estopim curto, que gostava de prosear, bater na mulher e comer broa de milho. Para esse José, ser obrigado a se submeter à posição de "ninguém" — à negação da pessoa, à anti-pessoa — a que o restante da sociedade o relegava, era algo que gerava grande confusão, vergonha e revolta surda: "eu rezei a Deus pra eu acordar morto."

## 2. O "estar mudando" — a migração para o Formoso

"Nós tava sempre com o pé na estrada", recordou um dos participantes do Formoso. As migrações foram parte integrante e importante de suas vidas: quase 70% já haviam migrado ao menos uma vez, antes de ir para o Formoso (Tabela V). As migrações representaram para muitos deles núcleos

em torno dos quais ordenavam noções de espaço e tempo, regulavam perdas e conquistas, adquiriam conhecimentos novos e reciclavam os antigos, além de simbolizar aventuras, em vidas marcadas pela rotina.<sup>10</sup>

Aqueles cuja primeira migração foi para o Formoso recordaram a experiência como carregada de emoções:

Quando foi na véspera de nós viajar, tava todo mundo dormindo mas eu fiquei acordada a noite toda, parecendo assombração, andava pra lá [...], pra cá, pra lá, pra cá. Olhava as trouxa pronta no chão, pensava assim: "Meu Deus, me ajuda. Me ajuda, meu Deus. Como é que eu vou me jogar assim com a família, nesse mundão de Deus?" (Ita Carreiro)

Na viagem [...] eu tinha medo de não chegar, de desorientar, não acertar caminho. [...] Eu nunca tinha saído da Bahia, né? (Zé Baiano)

Quem migrou quando criança, guardou recordações inesquecíveis:

Nunca não vou esquecer a viagem que eu mais meu pai mais mãe fez pra Goiás. Eu era pixote assim, tinha cinco, seis anos [...] Pai botou em no lombo de jumento. Eu gostei demais [...] ver as coisas passando dali, do lugar que eu tava no lombo do jumento. As vez eu ficava com sono, ia caindo de banda assim, [...] mãe me pegava no colo. [...] Eu achava [risos]... que o mundo acabava na fazenda que nós morava! Nessa viagem foi que eu vi que o mundo não tem fim. (Claro Correia)

Você sabe lá o que é pruma mocinha, que nunca tinha botado os olho em nada, sair pelo mundo? A melhor coisa que tem! Mas meu irmão menor, ele ficou meio ruim da cabeça. [...] Pensando hoje, eu acho que

foi de tanto medo que ele passou na estrada [...] Ele tinha medo demais de lobisomem, assombração, saci, achava que ia pegar ele na estrada, essa coisas. (Luisa Velho)

A ajuda dos veteranos foi recordada como fundamental para os novos migrantes, tanto durante o trajeto quanto nos primeiros tempos. Os veteranos transmitiam conhecimentos, orientavam sobre quais caminhos seguir, que coisas levar e como sobreviver, e ofereciam apoio moral e ajuda concreta, assumindo aos poucos o lugar dos vizinhos e amigos deixados para trás:

Quando o menino ficou doente, tive ajuda de uns que tava na estrada, igual nós [...] Os primeiro tempo foi duro lá, nós só tinha gueiroba [espécie de palmito amargo] pura pra comer. Nós não conhecia ninguém. Sabe lá o que é passar três, quatro mês só comendo gueiroba pura? Se não fosse a ajuda de um povo de Mateus que tinha lá e que foi amigo de nós, acho que nós tinha morrido. (Joaquim Gonçalves da Cruz)

As migrações para o Formoso aconteceram por núcleos familiares e de vizinhança; foram raros os casos de migrantes solitários, e todos ocorreram em período posterior. Geralmente o chefe da família, acompanhado de um parente ou amigo, fazia a primeira viagem, reconhecia a área, escolhia o lote de terra, tomava algumas providências básicas e voltava para pegar o resto dos familiares. Nessgta ocasião, espalhava pela região de origem as notícias sobre o Formoso e suas possibilidades. Não foi raro alguma família local, animada com as notícias, apresentar-se para migrar junto. Como também não foi raro famílias aguardarem um tempo por mais informações sobre o destino dos migrantes; caso fossem informações positivas, migravam também. A maioria dos agrupamentos do Formoso organizou-se portanto em fun-

9. Entrevista com Atilio da Rocha Matos. Muitos falaram sobre o que significa ser considerado "ninguém", mas Atilio o fez melhor do que todos.

10. Não conheço muitos trabalhos que estudem as migrações do ponto de vista do significado que têm para os migrantes. Sobre migrações em geral, trabalhos interessantes são Glazier e Rosa (1986), Grinberg (1989) e Kearney (1986).

ção das regiões de origem e dos laços ali mantidos: havia o "reduto dos maranhenses", "o povo dos Correia", "o pessoal de Pedro Afonso" etc. Sem a formação dessa rede, as longas migrações e a instalação na nova e inóspita região teriam sido impossíveis.

Nenhuma família migrou para o Formoso devido a um acontecimento extraordinário em suas vidas ou a um momento financeiro particularmente difícil. À época da migração, ao contrário, todas viviam o mesmo tipo e padrão de vida até então mantido. Isso mostra que a decisão de migrar foi resultado não de um rompante, mas de uma decisão consciente e calculada. Migrar colocava em jogo todos os aspectos da existência, e somente era possível decidir após levar em consideração vários fatores. Mesmo as famílias que pareceram se decidir por impulso ("Deu uma louca ni mim de sumir no mundo"), estavam na verdade concretizando decisões amadurecidas ao longo de muito tempo, às vezes de anos ("É, fazia um tempo que nós já pensava mudar dali, nós só não tinha era a coragem [...] mas de repente, pum! veio a coragem).

Que fatores principais os migrantes consideraram? Em primeiro lugar, os relacionados à vida que levavam à época. A possibilidade de migrar forçou as famílias a fazerem uma avaliação de suas vidas (foi nesse momento que "o antes" começou a se formar, como categoria de pensamento). Os aspectos da vida considerados insatisfatórios emergiram com clareza e a partir de então foram avaliados criticamente: a impossibilidade de acesso à terra, a dificuldade de cumprir o ciclo camponês, a pobreza, a falta de autonomia, a insegurança, a humilhação, o "não ser nada" e "não ser ninguém". Naturalmente, os aspectos satisfatórios também emergiram e fizeram parte do balanço: os laços de família, compadrio, vizinhança e amizade, as coisas boas do lugar (o clima, ou a qualidade da água, a quantidade de frutas, um jardim especialmente bonito, plantado com as próprias mãos) e mais a sensação

de conhecer e dominar as coisas do lugar, os seus espaços, códigos, referências.

Essa avaliação da vida presente, com seus aspectos negativos e positivos, foi recordada como particularmente penosa:

Pra mim, o mais difícil não foi ir pro Formoso, não [...] Difícil foi antes, na hora de resolver se nós ia ou se nós não ia. [...] Eu punha na balança, num prato o coração, no outro prato da balança punha a cabeça, olhava, media: dava empatado! (Armando Rosa)

A vida presente, com seus dois pólos, foi então contraposta a um terceiro vértice: a possibilidade de uma vida futura (nesse momento começou a se formar "o depois", como categoria de pensamento). Para se tomar uma decisão a respeito de migrar, era preciso primeiro especular sobre o desconhecido. A vida futura apresentava logo de início sérias desvantagens, pois implicava trocar tudo o que era familiar e querido, aí incluídos parentes, vizinhos e amigos, pela perspectiva de uma vida em local distante, isolado, desconhecido, "um fim-de-mundo que ninguém não sabia o que era".

Embora esse aspecto (a troca do conhecido pelo desconhecido) esteja presente em qualquer migração, ele assumia uma importância especial para aquelas pessoas. Para elas, a rede de relações que seria desfeita durante a migração tinha significado não apenas afetivo, mas representava a base sobre a qual repousavam todos os aspectos da vida. Era impossível, por exemplo, tocar a roça sem recorrer aos mutirões; chegar com os produtos até o mercado, sem o apoio do amigo carreteiro; criar os filhos, sem o revezamento das crianças entre vizinhos; obter qualquer tipo de crédito ou ajuda do meio exterior, sem a interferência do compadre influente, e assim por diante. Por essa razão os migrantes se esforçaram tanto para recriar, desde o início do processo de migração, ao menos uma parte dessa rede.

As informações dos camponeses sobre o Formoso eram poucas e imprecisas. Isso, somado à exigüidade de conhecimentos em geral sobre o mundo exterior, gerava muito medo e ansiedade. As memórias da migração foram sempre emocionadas:

Quando ele [o marido] resolveu que nós vinha pra Goiás, eu garrei chorar. Olhava mãe, olhava pai, olhava vó, pensava que não ia mais ver eles, garrava chorar. Chorei seis mês seguido... [Suspiro longo, pausa] Mas não tinha jeito, tinha que ir, né? Mudar de vida, caçar futuro. (Maria Guerreiro dos Santos)

Eu pensei assim: "Ih, lá vou eu começar tudo de novo" [...] Toda vez que a gente muda assim prum lugar que [...] a gente não conhece, é igual passarinho que nasce, mesma coisa. A gente não conhece nada, é igual cego, mesma coisa. [...] Eu ficava nervoso, e eu, nervoso, me dá uns repente assim, eu dano bater nos menino, dano bater, então [...] virou aquele inferno [...] dentro de casa: [...] eu gritando, só batendo nos menino, a mulher chorando, os menino chorando. (Ananias B. de Sousa)

Mas a migração para o Formoso também apresentava uma perspectiva muito atraente: a existência de terras devolutas em região de fronteira, para a maioria a única possibilidade real de acesso à terra. O acesso à terra, por sua vez, era visto como condição indispensável à realização de um tipo de existência que incluía como principais aspectos: fim da extorsão econômica dos donos da terra e patrões, conseqüente melhoria do nível de vida, venda e compra de maior número de produtos no mercado, autonomia no processo de trabalho, independência de decisões e reconhecimento social como pessoa:

- Nós queria a terra. O que nós queria mais era a terra.
- Por quê?
- Porque sem a terra nós não conseguia

o resto.

— Qual resto, seu Fidélio?

— Nós não conseguia livrar dos patrão, dos fazendeiro, da miséria [...] Com os patrão, nós não conseguia trabalhar do jeito que nós queria.<sup>11</sup>

Nós queria um pouco de fartura, ter coisa pra comer, pra vender, poder comprar umas coisinha que nós precisava. (Zé Baiano)

O que nós queria mesmo era não ter que baixar a cabeça. Nós queria... é... ah... assim. ... igual uma pessoa deva ser. Olhar nos olhos, sem medo, entende? Sem ter que baixar a cabeça, né? (Fidélio Ferreira dos Santos)

Eu pensava que eu mais a família ia poder viver sossegado [no Formoso], sem gente atentando, [sem] escutar os desaforo daquele povo ruim. [...] Que nós ia viver feito gente de verdade, sô! Ser dono do próprio destino! Eu nem não podia acreditar direito. (Claro Correia)

Os que conseguiram acreditar migraram. Engoliram os medos, suportaram as perdas, assumiram os riscos e fizeram a travessia. Cruzaram a passagem, real e simbólica, entre o aqui e o lá, o presente e o futuro, o "antes" e o "depois", o conhecido e o desconhecido, a segurança e a esperança. Invadiram o terreno do desejo. Nas terras devolutas tentaram ser donos do próprio destino.

### 3. "O depois" — a experiência no Formoso

A revolta do Formoso foi um dos raros movimentos rurais no Brasil em que os rebeldes tiveram paz e autonomia para, durante certo período (no caso, seis anos), organizarem o sistema de vida que desejavam. À medida que a experiência no Formoso acontecia, a noção de "ser dono do próprio destino" foi passando da condição de projeto à de realidade social, construída no dia-a-dia, a

11. Entrevista com Fidélio Ferreira dos Santos.

partir das respostas encontradas para os desafios concretos que a história apresentava.

Naturalmente, real e ideal se interpenetraram. À medida que "ser dono do próprio destino" tornava-se realidade, o projeto que lhe deu origem foi sendo revisto, adaptado, renovado. O "depois" filtrou o "antes" e o "estar mudando":

— Só depois que nós chegou lá [no Formoso] e nós foi tendo aquela peleja toda, aquela luta [...] foi que eu fui ficando desenvolvido.

— Antes o sr. não era desenvolvido?

— Antes eu não sabia quase nada, não... [Antes] eu tinha aquela revolta ni mim, tinha [...] aquela vontade de mudar, mas eu era bôbo, só, bôbo demais!

— E depois, na época que o sr. morou no Formoso, como é que o senhor era?

— Ah, aí eu fiquei vivo! Aí [...] é que eu fui dando de compreender as coisa tudo que eu tinha passado na vida.<sup>12</sup>

O "antes" e o "estar mudando", por sua vez, influenciaram diretamente a vida no Formoso:

Tinha vez que eu fraquejava, sim. Teve uma vez que a luta ficou brava demais. Eu pensei assim: "Vou largar esse trem de lado, largar de mão." Aí eu lembrei do sofrimento todo de antes. Lembrei. Eu pensei assim: "Não vou largar de mão, não. Pra onde é que eu vou, se eu largar de mão? Vou voltar práquela miséria? Não! Eu vou é ficar aqui." (Luiz Lima)

A prática no Formoso obrigou os camponeses a definirem assuntos sobre os quais tinham apenas idéias gerais. É o caso, por exemplo, da importante questão do relacionamento com os comerciantes. Vender e comprar havia sempre feito parte da vida deles. Quando calculavam o que e quanto plantar, uma das variáveis a ser levada em conta era exatamente o mercado. Não vendiam apenas o excedente da produção; plantavam já com o objetivo de vender parte da colheita. O que arrecadavam era rein-

vestido na compra de instrumentos de trabalho (enxadas, pás, sacos) e em artigos necessários à sobrevivência (óleo de cozinha, sal, lampiões). Não conseguiam, entretanto, controlar as bases e termos das relações comerciais, e por isso a comercialização constituía mais uma, e talvez a mais importante, fonte de exploração sobre eles. Vendiam seus produtos a preços geralmente abaixo dos de mercado, por já estarem devendo aos comerciantes, pela urgência em obter algum capital para investir na próxima colheita ou por alguma outra razão relacionada à exigüidade de seus meios e capitais. Por outro lado, compravam a preços sempre altos, pois faziam as compras a prazo, não raro na loja cujo dono era o próprio proprietário da terra.

Antes de migrar para o Formoso, os trabalhadores reconheciam esse problema e dele se queixavam. Nenhum, entretanto, sabia como resolvê-lo, isto é, como diminuir o nível de exploração econômica sem comprometer a existência das relações comerciais. As soluções, coletivas, foram sendo encontradas aos poucos. A Associação dos Lavradores do Formoso e Trombas, fundada em 1954, acabou com o monopólio estabelecido por um comerciante local e estimulou ao máximo a concorrência comercial. A seguir, a Associação fixou em cada safra preços mínimos para os principais produtos agrícolas, abaixo dos quais não poderiam ser vendidos. Paralelamente, criou um fundo de reserva, destinado a apoiar os lavradores em períodos muito difíceis (de perda de colheita, doença grave em família etc) e assim evitar que se submetessem a exigências despropositadas de comerciantes. Em contrapartida, a Associação exigiu dos camponeses estrito cumprimento a todas as condições acertadas para a venda (prazos, quantidade e qualidade dos produtos, preços etc). Os que não respeitassem essas condições eram punidos, com penas que variaram da advertência à expulsão da área. Em 1963, já no final da experiência, a Associação criou uma Cooperativa de Consumo, que adquiria pro-

duto por atacado e os revendia na região a preços acessíveis.<sup>13</sup>

Essas medidas, somadas à extinção das pesadas obrigações do arrendo e da meia, representaram um aumento substancial do nível de vida e intensificaram as atividades comerciais na área:

Nós nunca viveu melhor que naquele tempo, não. Naquele tempo, nós tinha fartura. (Claro Correia)

Ih, era bom demais! Eu até consegui comprar um carneiro [instrumento para canalizar água do rio] e comprar umas bobaginha pras filha moças, estas coisas que toda moça gosta de ter. (Carlos Correia)

Era uma fartura de dar gosto. Aqui nesta Trombas era uma fileira enorme de caminhão comprando arroz, dia e noite, tu não via o fim, caminhão carregando, caminhão descarregando, o maior movimento. Os comerciante gostava de fazer negócio com nós, eles sabia que nós pagava ali na bucha, direitinho, cumpria os prazo tudo. [...] Se não cumpria, a Associação dava em cima pra valer, tinha que cumprir. [...] Os comerciante dizia assim: "Não, eu prefiro de vir aqui, comerciar c'ocês, que eu sei qu'ocês aqui tudo é gente direita." (Ananias Ribeiro)

"Ser dono do próprio destino" implicou também mudanças não-previstas no projeto coletivo original, ao menos não no projeto original de todos. O exemplo mais marcante foi a mudança na situação das mulheres. Ao migrar para o formoso, as mulheres, apesar de contribuir de forma significativa para a economia familiar, ocupavam uma posição extremamente submissa. Deviam completa obediência aos maridos, pais e filhos adultos e também a um conjunto de regras sociais que lhes proibia ou limitava várias atividades:

Nós tudo apanhava [...] Tinha as que apanhava do pai e as que apanhava do marido. Tinha as que apanhava mais e tinha as que apanhava menos. Era raro lá uma que não apanhava. Só quando o marido era bom. (Edith Ribeiro)

Tinha lugar [família] que a mulher não tinha direito de dar uma xícara de café pra ninguém. Só podia ficar socada lá pra dentro [de casa] [...] Tinha família que tinha sistema que a mulher não podia comprar nada, nem uma xícara de sal, nem uma lata de querosene, nada. Não podia nem comprar, nem vender, nem podia trocar nada. (Helena da paixão)

— Tinha uma mulher que era chamada "puta", porque gostava de ficar de prosa com os homens da roça.

— Ela era solteira ou casada?

— Era casada! Era casada, mas o marido dela era meio mole, então ela gostava de ficar proseando toda a vida com os homem na roça. As outra mulher só olhava, comentava assim: "Que que essa puta fica aí puxando prosa com os outros home?" Nós não gostava, não.<sup>14</sup>

A luta no Formoso impôs mudanças nesse estado de coisas. Desde o início do conflito, as mulheres foram vítimas de sistemática agressão física por parte das forças dos grileiros e da polícia. Foram numerosos os casos de espancamentos e torturas; em consequência deles, uma mulher enlouqueceu, seis se tornaram aleijadas, várias abortaram e muitas carregaram marcas físicas por toda a vida. Algumas foram torturadas na frente dos filhos, outras viram os filhos torturados. A medida que a luta armada recrudescia, um maior número de homens se afastou de casa para lutar nos piquetes e as mulheres ficaram ainda mais desprotegidas. A reação da maioria foi de completo pânico:

Quando os jagunço chegou, eu tava ralando mandioca, nem deu tempo d'eu catar os

13. Há necessidade de maior número de trabalhos de cunho histórico sobre as relações entre comerciantes e camponeses no Brasil. O tema é muito importante e ainda não está suficientemente estudado entre nós.

12. Entrevista com Amado Luiz Guerreiro.

14. Entrevista com Isabel Gomes.

menino. [...] Eles foi entrando, arrasando com tudo, gritando, chutando, quebrando tudo, gritando: "Anda, desgraçada! Diz logo onde ele [o marido] tá!". Arrumaram o rifle na minha cabeça, aqui, ó [mostra]. Eu tava bem buchada. Pegaram o menino maior pelo braço, torceram o braço dele assim, ó [gesto], eu vi aquilo e danei a gritar. Eles me bateram mais ainda... [pausa longa, emocionada]. Tá vendo? Até hoje eu não consigo lembrar! (Odília Pereira Bastos)

Eu só queria era ir embora daquele inferno. Apanhar de marido ainda vai. Mas de polícia. (Maria Cosmelina da Silva)

Aí eu fiquei com tanto medo, eu catei os menino de qualquer jeito e embrenhamo tudo no mato, do jeito que nós tava mesmo, na doida. Nós passou no mato foi muito tempo, sozinha, eu mais os menino e Deus [...] Cadê coragem pra voltar pra pegar as tralha? [...] No mato era ruim demais. Eu sentia tanto medo, eu pensava que eu ia morrer de medo. Um dia um veadinho passou correndo assim perto de mim e eu danei gritar feito uma maluca, pensando que era jagunço! [Sorri] Foi o veado correndo prúm lado e eu pro outro! [Ri] Agora eu acho graça, mas naquele tempo não achei graça, não. Fiz foi chorar. (Isabel Gomes)

A duração da luta não permitiu às mulheres continuarem escondidas nos matos. Sozinhas, tiveram que assumir integralmente o trabalho na roça e dar cobertura aos homens na guerra. Sob as piores condições possíveis elas plantaram, colheram, venderam, compraram, voltaram a plantar, cuidaram dos animais domésticos, consertaram as cercas, armaram-se, defenderam-se, tomaram decisões. Ao mesmo tempo continuaram a cozinhar, a lavar, a costurar, a tecer, a ter e criar filhos. E ainda alimentaram os homens e organizaram a retaguarda da guerra. Para as mulheres tentarem se tornar donas dos próprios destinos, elas tiveram que redefinir as características e o papel social do gênero feminino. Não era possível ser dona do próprio destino sem se tornar também uma nova mulher:

Foi naquela danação toda que eu entendi. Eu entendi [...] assim: se nós queria ganhar a luta, nós [as mulheres] tinha que ajudar, tinha que [...] trabalhar junto [...] Eu ajudei[...] Um dia eu falei assim pra eu: "Alice, ocê dá conta de fazer tanta coisa no mundo. Como qu'ocê não dá conta de ser mais mulher? [...] Ocê é [...] toda valentona na luta, cê tem que ser valentona em tudo, uai! Tem que ser valentona com pai, ser valentona com filho, com marido, com tudo!" (Alice Freitas)

Na fase final, muitas mulheres não apenas participaram diretamente da luta armada, como — o que seria impossível alguns anos antes — comandaram piquetes. Por um momento a hierarquia social se inverteu, confundiram-se papéis e falas:

Os sujeitos largaram o piquete e depositaram as armas tudo ali no rancho, onde as mulheres tava. Aí não ficou bom, não. Tinha lá uma mulher buchada, nos dias de dar à luz, tinha duas que tava com poucos dias de dieta. Aí elas, as mulheres, pegou as armas e foram saindo, sabe? Falou que ia direto pro piquete. Aí uma velhona, que era, como se diz, a mãe máxima da turma, chegou, enfiou a mão na cara do filho [que tinha fugido do piquete], e disse: "Eu que te criei, eu que te pari, e tu faça o que eu mando, não afrouxa o riacho, não! As mulher não vai lutar sozinha. Tu vai lutar também." [...] O rapaz pegou a carabina e disse assim: "Eu não sou frouxo, não, eu também sou homem. Sou novo, mas sou homem." [...] Aí teve outro que falou assim: "Também sou homem." Aí saiu três mulher mais os homem e foi assumir o piquete. (Helena da Paixão)

Para dar conta de tanto, em condições tão adversas, as mulheres tiveram que se organizar. A história de suas várias formas de organização não faz parte deste trabalho. Assim como não fazem parte dele as situações que elas vivenciaram após o final da luta, quando tiveram de decidir se, como e em quais ocasiões poderiam usar as formas de crescimento pessoal que haviam descoberto.



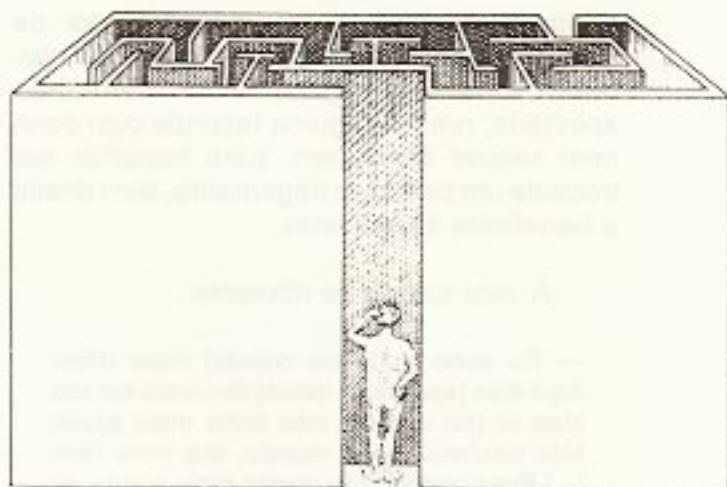
"Ser dono do próprio destino" foi uma categoria socialmente construída, com base em um projeto anterior dos camponeses. Durante sua construção, esclareceu e desenvolveu aspectos do projeto que eram vagos, como o caso das relações comerciais. "Ser dono do próprio destino" também incorporou elementos novos, como as modificações no papel das mulheres. À custa de grandes sacrifícios, os rebeldes do Formoso mantiveram-se camponeses, enquanto controlavam áreas de contato com o sistema capitalista e reordenavam relações internas do grupo. Ao final do período, eles haviam incorporado heranças de antepassados, experiências próprias anteriores e descobertas recentes, criando no Formoso um estilo de vida onde coexistiam tradição, renovação e inovação.

#### 4. O "depois do depois" — a experiência após o Formoso

Poucos dias após o golpe militar que depôs o presidente João Goulart, tropas federais invadiram a região do Formoso. A repressão foi brutal:

A polícia entrou batendo. Agarrou todo mundo que pôde. Invadiu as roça, prendeu nós, torturou nós. Eles queria as arma que nós tinha escondido. Eles queria quebrar a nossa espinha. Fazer nós ficar de quatro na frente deles. (Paulo Andrade)

Os principais líderes, avisados pouco antes da chegada das tropas, conseguiram fugir para o interior do Estado do Maranhão. Ali viveram alguns meses incógnitos, separados uns dos outros. Todos, entretanto, acabaram por se envolver nos anos seguintes com a luta armada promovida pelos pequenos partidos políticos de esquerda, surgidos do fracionamento do Partido Comunista Brasileiro. No início da década de 1970, os líderes foram presos e julgados pelas atividades que exerciam então e pelas atividades no Formoso. Nessa ocasião, muitos outros camponeses que haviam lutado também foram presos e condenados.



Enquanto isso, na região do Formoso a vida tornou-se muito difícil:

Não dava pra nós continuar, né? Os policial só atentando, em cima, o tempo todo em cima de nós, vigiando. Ruim demais. E não tinha mais os outro companheiro de antes. Aí nós saiu. (Hosana Martins Ribeiro)

Um cara lá ofereceu um dinheirinho mais ou menos pela terra, pela benfeitoria, resolvei vender. Continuar lá mais pra que? (Bertoldo Ferreira dos Santos)

Os poucos que permaneceram tocaram a vida nos lotes de terra obtidos durante o período da luta. Enfrentaram muitas dificuldades econômicas, pois ao mesmo tempo em que perderam as bases de apoio criadas durante o movimento, sofreram as consequências da transformação gradual da área em uma região de médias e grandes propriedades.

Os muitos que saíram do Formoso tiveram destinos variados. Pouquíssimos (Tabela VII) tornaram-se pequenos proprietários. Parte deslocou-se para a Amazônia, a nova fronteira, reiniciando o ciclo. A maioria migrou para as cidades, trabalhando na construção civil ou em subempregos, como os de ven-

dedor de jogo do bicho ou guardador de carros. Muitos tornaram-se bóias-fria, partindo toda madrugada num caminhão apinhado, rumo a alguma fazenda cujo dono nem sequer conhecem, para trabalhar em troca de um pequeno pagamento, sem direito a benefícios trabalhistas.

#### A vida tornou-se diferente:

— Eu acho aqui [na cidade] mais difícil. Aqui eles [aponta os netos] têm mais estudo. Mas lá [no campo] nós tinha mais ajuda. Nós conhecia todo mundo, era mais fácil. [...] Pra controlar um pouco mais a vida, eu crio estas galinha aí [mostra o galinheiro]. Tô engordando também um capado, vou te mostrar ele. [...] Nesta horta — eu gosto muito de horta — eu planto mais é salsa, cebolinha, essas coisa. Mas não cresce direito, não. Não bate sol aqui.

— E esse tucano, pra que a sra. cria? É pra vender?

— Não, não é pra vender, não. É porque eu gosto dele. Gosto de tucano, sempre gostei. Lembra a vida de lá [do Formoso].<sup>15</sup>

O “depois do depois” implicou aprendizados, novas estratégias de sobrevivência, novas formas de luta. Os períodos anteriores foram reavaliados e, em grande parte, embelezados. Afinal, representavam tempos queridos da juventude, que não voltavam mais. Algumas das idéias anteriores, entretanto, foram reconsideradas, principalmente as relacionadas ao papel da terra. Embora o acesso à terra continuasse a ser considerado fundamental, não foi mais encarado como a única coisa importante a obter. Outros elementos foram acrescentados. Os camponeses acompanhavam assim os novos tempos, as novas fases do capitalismo, em que o capital financeiro e industrial dispõe de meios para controlar a terra sem ter que se tornar necessariamente proprietário. A história muda; a vida do povo do Formoso, também:

A vida muda. [...] Hoje eu penso que ter a terra ainda é muito importante, mas não é tudo. [...] Nós também precisa de crédito,

de garantia de preços mínimos pros nossos produtos, de uma boa política agrícola, [...] nós precisa de sindicato forte, governo pra apoiar os pobres, democracia, [...] muita coisa. Pra proteger e garantir uma vida decente na terra. (Sebastião Bailão)

#### Parte IV

Não foi por acaso que os camponeses do Formoso resumiram seu projeto social na expressão “ser uma pessoa”. Essa não é uma expressão facilmente substituível por outras. “Ser uma pessoa” ou “ser alguém” relaciona-se a aspectos fundamentais da vida social, e por isso constitui um ângulo privilegiado para o estudo das organizações sociais. A noção de “pessoa” existe em todas as sociedades, mas seu significado varia segundo as diferentes concepções e usos que os grupos sociais lhe dão.<sup>16</sup>

Apresentarei alguns exemplos de como a sociedade brasileira manipula a noção de “pessoa”, esclarecendo o significado atual de “ser pessoa” e “ser alguém” no Brasil. Relacionarei a seguir essa prática ao projeto social dos camponeses do Formoso.

#### 1. “Ser pessoa” no Brasil

A sociedade brasileira atual usa, no seu dia-a-dia, todos os mecanismos, recursos e noções inerentes às sociedades complexas. Os brasileiros obedecem a uma Constituição Federal e possuem um conjunto de leis que funciona através de um sistema judicial independente. Os poderes Legislativo e Executivo são perfeitamente constituídos. Todos os brasileiros natos têm o direito e o dever de votar. O Estado é dotado de instrumentos para exercer suas funções de zelar pelo bem comum. A cidadania — o conjunto de direitos e deveres conferidos pelo fato de ser brasileiro — faz parte da vida do país, como teoria e como prática.<sup>17</sup>

A sociedade brasileira possui, entretanto, um conjunto de valores e modos de agir que, a cada momento, negam a igualdade de todos perante o Estado e as leis. Uma rede informal de relações pessoais, que inclui laços de parentesco, compadrio e amizade, influência política, patronagem, troca de favores, suborno etc, e permite contornar a lei. Dois provérbios no Brasil expressam isso bem: "Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei" e "Todo mundo é igual perante a lei, mas uns são mais iguais do que outros".

Se o assunto é obter um serviço mais rápido em qualquer órgão público, uma isenção de taxas, um emprego para o qual não se é qualificado, ou qualquer outro "favor" — isto é, qualquer benefício não-previsto por lei nem por qualquer meio oficial —, é sempre possível "dar um jeitinho", isto é, conseguir contornar obstáculos para obter o que se deseja. O uso do nome de um parente rico, do amigo influente, do padrinho político, do conhecido a quem um dia se prestou um favor geralmente resolve o problema.

A "ideologia do favor", exercida através do "jeitinho", reforça um conjunto de práticas e valores opostos aos direitos e deveres da cidadania. A cidadania baseia-se na igualdade de todos perante a lei, e o "favor" baseia-se na hierarquia. A cidadania valoriza o impessoal, e o "favor" valoriza o pessoal e íntimo. A cidadania realça a justiça, não prevendo exceções baseadas em casos individuais, e o "favor" realça a consideração e o "respeito", valores pessoais. A cidadania distingue público e privado, e o "favor" traz o público para a esfera do privado. A cidadania é exercida por indivíduos e o "favor" é feito por pessoas.

Embora opostas, as duas noções se entrelaçam, influenciando toda a sociedade e criando diversas e complexas relações que cruzam o "moderno" com o "tradicional", o "econômico" com o "moral", o "legal" com o "pessoal" etc. Neste trabalho, realço o fato de que, no Brasil, para "ser alguém" não basta ser cidadão. É preciso também ser "pessoa".

## 2. "Eu quero ser uma pessoa" — a luta pela identidade entre os camponeses do Formoso

Os camponeses estudados constituíam o extrato mais pobre e desprestigiado da sociedade brasileira. Esta os submetia a uma superexploração econômica e lhes conferia uma identidade negativa, uma anti-identidade, pois não os considerava "indivíduos" nem "pessoas". Perante a sociedade brasileira, os camponeses eram "nada", "ninguém".

Para serem reconhecidos e conquistar um lugar e uma identidade no conjunto social, os posseiros do Formoso tiveram que lutar ao mesmo tempo em duas frentes. Uma frente (pouco explorada neste trabalho) foi relativa à luta para tentar conseguir a cidadania plena. Nesse sentido, os posseiros brigaram para obter do Estado o reconhecimento dos seus direitos sobre a terra. Utilizaram o Poder Judiciário para processar os grileiros. Tornaram-se eleitores e participaram de forma ativa e independente nos processos eleitorais (inclusive elegendo José Porfírio deputado estadual). Tentaram (e conseguiram) transformar a região em município independente. Exigiram serviços públicos para a área, como escolas, hospitais e rodovias. Tomaram posi-

15. Entrevista com Geralda Teodora.

16. Embora "pessoa" e "indivíduo" tenham sempre merecido espaço nas ciências humanas, muitos trabalhos interessantes sobre o tema têm sido feitos. Foram particularmente úteis a mim: Dumont (1970), Marsella, Devos e Hsu (1985), McCall (1990), Mauss (1974), Mead (1934), Ohnuki-Tierney (1990), Rorty (1976), Shweder (1991), Shweder e LeVine (1984).

Estudos sobre emoções geralmente se relacionam aos trabalhos sobre pessoa. Alguns trabalhos nessa área de que gostei muito: Bloch (1986), Carrithers, Collins e Lukes (1985), Harré (1986), Lutz e Abu-Lughod (1990), Lutz e White (1986), Stearns (1985).

17. Esta parte deve muito aos trabalhos de Roberto Damatta, especialmente os de 1976 e 1985.

ção sobre os principais problemas nacionais (durante o golpe militar de 1964, por exemplo, organizaram-se para tentar apoiar algum possível contra-golpe), e assim por diante. A luta pela cidadania implicou aprender coisas não-contidas no projeto original. Significou unir uma perspectiva pessoal e local à perspectiva nacional, compreender que ser camponês e cidadão brasileiro são faces da mesma moeda.

A outra frente da luta camponesa foi relativa ao seu reconhecimento social como pessoas. Essa frente teve um significado especial para os rebeldes, pois a noção de "pessoa" era importante tanto para a sociedade em geral quanto para eles próprios.

Os camponeses usavam a noção de "ser uma pessoa" para objetivos diferentes dos do restante da sociedade. Para eles, não estava em jogo obter empregos públicos ou exceções à lei, mas movimentar-se no interior de comunidades pequenas, onde todos se consideravam e se tratavam como pessoas.

Apesar dessa diferença, os valores que sustentam a noção de "pessoa" na sociedade brasileira e no grupo camponês são os mesmos. Para ambos, "ser uma pessoa" significa ser tratado com respeito, cordialidade e consideração, relacionar-se bem com os outros, ter familiares, amigos e vizinhos presentes nas ocasiões importantes da vida, ser reconhecido por suas características próprias. Em suma, ser identificado, entre muitos, como único.

O caminho que a sociedade brasileira deixara para os posseiros se tornarem "pessoas" era o de tentar realizar nas áreas de fronteira o projeto camponês. Somente por meio da propriedade legal da terra, da autonomia no processo de trabalho, do controle sobre as relações comerciais com a sociedade abrangente e de outras conquistas semelhantes, os rebeldes do Formoso poderiam criar condições mínimas para ser consi-

derados pessoas. Somente assim construiriam as bases para substituir a humilhação e a rejeição pelo respeito e pela consideração.

Não havia outro caminho. Eles sabiam disso, pela história dos seus antepassados e por experiência própria. Os seus antepassados — os homens e mulheres que desde o Brasil colonial teimaram em garantir a pequena produção no país de latifúndios — enfrentaram uma situação ainda mais dramática. Viveram constantemente ameaçados de perder a condição de seres humanos, de ser reduzidos a escravos, a simples mercadorias.

Os próprios rebeldes do Formoso, através da experiência, haviam lutado desesperadamente para encontrar no interior da sociedade — nas fazendas, no trabalho a meia, no arrendo — um lugar para si e para a família. Em vão: "Eu rezei a Deus pra eu acordar morto."

No Formoso, por meio de grandes sacrifícios, os posseiros colheram as primeiras vitórias. Parecia que estavam no caminho certo. Alguns acharam que começavam a se tornar pessoas. Mas, quando a grilagem terminou, eles ficaram ameaçados de expulsão. A escolha foi duríssima: lutar para defender o que já tinham ou voltar a ser ninguém. A maioria lutou, e, através da luta, aprendeu novas coisas. As vitórias que obtiveram, mesmo parecendo pequenas, foram muito importantes para eles, pois ao menos uma vez na vida conseguiram validar o que os outros lhe haviam sistematicamente negado: a condição de pessoa. Por isso muitos deles, como Nego Carreiro, encontraram nas memórias daquelas lutas a própria razão de viver: "Eu mostrei a eles que eu sou uma pessoa."

Atualmente, a sociedade brasileira continua a negar um lugar para o campesinato e a tratá-lo por "ninguém". Aos camponeses

— o setor que mais tem se envolvido em movimentos sociais — continua a não restar outra alternativa a não ser continuar brigando, pois suas condições de vida na década de 1990 são ainda mais duras e violentas do que na década de 1950. A fronteira amazônica atual é mais distante e difícil de ser ocupada do que o centro-oeste; e o número crescente de bóias-frias atesta a existência de um nível ainda mais baixo de vida.

Além disso, a migração em massa para as cidades criou no Brasil uma camada que não é nem rural nem urbana. São ex-lavradores que hoje moram nas periferias de cidades como São Paulo, com 17 milhões de habitantes. Eles não contam mais com os recursos do campo, como as formas egtd trabalho coletivo e as famílias extensas, e também não foram inteiramente absorvidos pela rede urbana. É gente que se perde pelas ruas das metrópoles e sente medo dos carros e metrô. Gente que cria galinhas e tucanos para lembrar a si mesma que um

dia largou o coração em alguma roça, longe, muito longe dali.

Pessoas cujos depoimentos foram incluídos neste trabalho:

Alice Freitas\*, Anicésio Correia, Anicésio dos Santos, Amado Luiz Guerreiro, Ananias B. de Souza, Ananias Ribeiro\*, Armando Lopes, Armando Bertolino Ribeiro, Armando Rosa\*, Atilio da Rocha Matos, Bertoldo Ferreira dos Santos, Carlos Correia, Claro Correia, Cosmelino Avelar\*, Edite Fernandes de Moura, Edith Ribeiro, Fidélis Ferreira dos Santos, Geralda Teodora, Helena da Paixão\*, Hosana Martins de Moura, Isabel Gomes, Isabel Pereira da Cruz, Ita Carreiro, João Porfírio de Souza, Joaquim Gonçalves dos Santos, José Fernandes Sobrinho, Luiz Lima, Luiza Velho\*, Manuel Porfírio dos Santos, Maria Guerreiro dos Santos, Nego Carreiro, Odília Pereira Barros, Otávio Guerreiro dos Santos, Otília\*, Paulo Andrada\*, Sebastião Bailão, Sebastião Rodrigues, Zé Balano\*.

#### BIBLIOGRAFIA

- ABREU, S. de B. *Trombas. A guerrilha do Zé Porfírio*, Brasília, Goethe, 1985.
- AMADO, J. Movimentos sociais no campo. *A Revolta do Formoso*, *Pípsa* nº 4, Goiás, 1948-1964, 1980.
- ASSELIN, V. *Grilagem*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- AUBERTIN, C. (org.) *Fronteiras*, Brasília e Paris, UnB e Orstom, 1988.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- BLOCH, E. *The principle of Hope*, Cambridge, The MIT Press, 1986.
- BORGES, J.A. *Terras devolutas e sua proteção jurídica*, Goiânia, Oriente, 1976.
- CARNEIRO, M.E.F. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*, Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1981.
- CARRITHERS, M. ; Collins, S. e Lukes, S. (eds). *The category of the person*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- CIRNE LIMA, R. *Pequena história territorial do Brasil*, Porto Alegre, Sulina, 1954.

\* Pseudônimo.

- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A casa e a rua*, São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DELBOS, G. Leaving agriculture, remaining a peasant, *Man*, 17 (4), 1982.
- DENING, G. *Islands and beaches*, Honolulu, The University Press of Hawaii, 1980.
- D'INCAO E MELLO, M.C. *O bóia-fria*, Petrópolis, Vozes, 1975.
- DUMONT, L. *Homo hierarchicus*, Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
- ENCONTROS DA UnB. *Terras públicas no Brasil*, Brasília, UnB, 1978.
- FOWERAKER, J. *A luta pela terra*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GARCIA, J. G. *O caminho de Trombas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- GARCIA JR., A. *Terra de trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GLAZIER, I. e DE ROSA, L. (eds.) *Migration across time and nations*, Nova Iorque, Holmes & Meier, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A modernização dolorosa*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- GRINBERG, L. e GRINBERG, R. *Psychoanalytic perspectives on migration and exile*. Cambridge, Yale University Press.
- GRUPO DE ESTUDOS AGRÁRIOS. *Grilagem na Bahia*, Salvador, Grupo de Estudos Agrários, 1981.
- HARRÉ, R. (ed.) *The social construction of emotions*, Oxford, Brasil Blackwell, 1986.
- HOBBSAWM, E.J. e RUDÉ, G. *Captain Swing*, Nova Iorque, Pantheon Book, 1968.
- KEARNEY, M. From the invisible hand to visible feet. *Anthropological studies of migration and development, Annual Review of Anthropology*, nº 15, 1986, pp. 331-61.
- LIMA PEREIRA, J.O. *Da propriedade no Brasil*, Rio de Janeiro, Casa Duprat, 1932.
- LINHARES DE LACERDA, M. *Tratado das terras do Brasil*, Porto Alegre, Sulina, 1960.
- LINHARES, M.Y. e TEIXEIRA DA SILVA, F.C. *História da agricultura brasileira*, 1981.
- LOUREIRO, M.R. *Terra, família e capital*, Petrópolis, Vozes, 1982.
- LUTZ, C. e ABU-LUGHOD, L. (eds.) *Language and the politics of emotion*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.
- LUTZ, C. e WHITE, G. The anthropology of emotions, *Annual Review of Anthropology*, nº 15, 1986, pp. 405-36.
- MARSELLA, A.; DEVOS, G. e HSU, F. (eds.) *Culture and self*, Nova Iorque, Tavistock Publications, 1985.
- MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite*, São Paulo, Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O cativo da terra*, São Paulo, Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Expropriação e violência*, São Paulo, Hucitec, 1982.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*, São Paulo, Edusp, 1974.
- MACAL, C. *Concepts of person*, Brockfield (USA), Gower Publishing Co., 1990.
- MEAD, G. *Mind, self and society*, Chicago, The University of Chicago Press, 1934.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MINTZ, S. A note on the definition of peasantries, *Journal of Peasant Studies*, 1 (1), 1973, pp. 91-106.
- \_\_\_\_\_. *Taso, Trabajador de la Cana*, Puerto Rico, Huracán, 1988.

- \_\_\_\_\_. The sensation of moving, while standing still, *American Ethnologist*, 16 (4), 1989, pp. 766-96.
- MUSSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*, Petrópolis, Vozes, 1988.
- OHNUKI-TIERNEY, E. *Culture through time*, Stanford, Stanford University Press, 1990.
- PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. *O campesinato brasileiro*, Petrópolis, Vozes, 1973.
- PINA-CABRAL, J. *Sons of Adam, daughters of Eve*, Oxford, Clarendon Press, 1986.
- RAPPAPORT, J. History and everyday life in the Colombian Andes, *Man*, 23(4), 1988, pp. 718-38.
- RORTY, A. (ed.) *The identities of persons*, Berkeley, University of California Press, 1976.
- ROSEBERRY, W. *Anthropologies and histories*, New Brunswick and London, Rutgers University Press, 1989.
- SCHERER, K. (ed.) *Facets of emotion*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1988.
- SCOTT, J. *The moral economy of the peasant*, New Haven and London, Yale University Press, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Weapons of the weak*, New Haven and London, Yale University Press, 1985.
- SHANIN, T. (ed.) *Peasants and peasant society*, Oxford, Basil Blackwell, 1971.
- SHWEDER, R. *Thinking through cultures*, Cambridge, Harvard University Press, 1991.
- SHWEDER, R. e LEVINS, R. (eds.) *Culture theory*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.
- STEARNS, P. e STEARNS, C. Emotionology. Clarifying the history of emotions and emotional standards, *American historical review*, 90, 1985, pp. 813-36.
- STERN, S. (ed.) *Resistance, rebellion, and consciousness in the Andean peasant world*. Madison, ed. The University of Wisconsin, 1987.
- TAUSSIG, M. *Shamanism, colonialism and the wild man*, Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- TORMIM BORGES, P. *O imóvel rural e seus problemas jurídicos*, São Paulo, Pró-Livro, 1976.
- TROUILLOT, M-R. *Peasants and capital*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1988.
- VELHO, O.G. *Capitalismo autoritário e campesinato*, São Paulo, Difel, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- WANDERLEY, M. de N. *Capital e propriedade fundiária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.